



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Geografia - GEA
Disciplina: Prática de Pesquisa de Campo II
Orientadora: Profª. Ignez Costa Barbosa Ferreira

Brasília Além do DF: O Entorno Sul, Dependências e Potencialidades



Aluno: Francisco Carneiro Portela

Brasília – DF, Março de 1999

**Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Geografia - Gea**

**Brasília Além do DF: O Entorno Sul, Dependências e
Potencialidades**

Francisco Carneiro Portela

Monografia de Prática e Pesquisa de Campo II submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Bacharel e Licenciado em Geografia.

Aprovado:

Prof^ª. Ignez Costa Barbosa Ferreira
(Orientadora)

Prof. Juvair Fernandes Freitas
(Examinador)

Prof^ª. Lúcia Cony de Faria Cidade
(Examinadora)

Brasília-DF, 17 de março de 1999

Ficha Catalográfica

PORTELA, Francisco Carneiro

Brasília Além do DF: O Entorno Sul, Dependências e Potencialidades.
[Distrito Federal, Goiás, Entorno Sul] 1999

51., 210 x 297 mm – A4 (Gea/UnB, Bacharelado e Licenciatura,
Geografia, 1999)
Monografia de Prática e Pesquisa de Campo II – Universidade de Brasília.

Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia.

1- Entorno Sul
2- Territorialidade
I – GEA/UNB

3- Dependências
4- Potencialidades
II – Título (série)

Referências Bibliográficas

PORTELA, Francisco Carneiro (1999). Brasília Além do DF: O Entorno Sul, Dependências e Potencialidades. Monografia de Prática de Pesquisa de Campo II, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília; Brasília – DF, 48p.

Cessão de Direitos

Nome do Autor: Francisco Carneiro Portela

Título da Monografia: Brasília Além do DF: O Entorno Sul, Dependências e Potencialidades.

Grau: Bacharelado e Licenciatura em Geografia

Ano: 1999.

Agradecimentos

Agradeço acima de tudo a Deus,

Aos meus pais, Venceslau Machado e Antônia Carneiro, pelo apoio e estímulo para adentrar na Universidade;

A minha querida esposa, Sílvia Meneses, pelo incessante apoio, colaboração, estímulo e paciência na transposição de obstáculos;

A ilustríssima professora Ignez Barbosa, farol desta empreitada, que sem ela esse trabalho não teria sido realizado;

Ao meu irmão Sebastião pela ajuda nas dificuldades com o computador e na colaboração na confecção de planilhas estatísticas e na realização do ensaio fotográfico;

À minha irmã Cida pela ajuda pelo preenchimentos de formulários;

Ao colega de curso Osmundo Cavalcante pelos proveitosos e constantes debates acerca da temática objeto deste trabalho;

À mestrandia em geografia Betânia pela ajuda na procura de informações;

Ao colega de curso Geraldo Amaral, pela colaboração em arrumar uma máquina fotográfica;

À geógrafa e professora Patrícia Marques pelo empréstimos de livros;

Ao colega do curso de Estatística Osmar, pela ajuda em realização de cálculos estatísticos;

Ao Sr. Samuel Cavalcante Lins, funcionário do Cemitério do Gama que me permitiu a realização de levantamentos;

Ao Sr. Jorge, chefe da Administração de necrópoles da Fundação do Serviço Social, pelo apoio;

Ao Sr. Raimundo, bibliotecário do IBGE/Brasília, brilhante exemplo de funcionário público brasileiro;

Ao Sr. Toninho da Agência da CEB do Gama e ao Sr. Erivaldo da Elétrica Gama, pelo empréstimo de uma escala basculante que foi bastante útil na realização do ensaio fotográfico;

Aos técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central;

Aos técnicos do Departamento Técnico da Confederação Nacional da Agricultura, pelos ensinamentos estatísticos e informáticos;

À Universidade de Brasília, pelas excelentes disciplinas cursadas e pelo aporte da gratuidade do ensino;

À todos que indiretamente também contribuíram.

**Brasília.
Uns Contra,
A Maioria a Favor,
Todos Ganham.**

Lema do Governo Juscelino Kubitschek às
vésperas do Início das Obras de Construção de Brasília.

...Lago Azul, Céu Azul, Pacaembu, Cruzeiro do Sul,
Val, Pedregal, Cidade Ocidental,
Na divisa do Estado crescem a passos largos vários bairros amontoados,
Nova Esperança, Boa Vista, Parque Andorinhas, Alagados,
E não é só, Parque Esperança e Núcleo Residencial D.V.O.,
Isso sem falar, no Parque Estrela Dalva, Novo Gama, no Ipê, no Jardim Ingá e Corumbá,
Aqui lembra o Paranoá, as pessoas, as Ruas, sei lá, pode crer, só para te lembrar, periferia é
periferia em qualquer lugar...
...Brasília periferia, Brasília periferia,

GOG, Brasília Periferia em Dia a Dia da Periferia, CD Play.

Índice

	Página
1 – Introdução	08
2 - Área de Abrangência do Estudo	11
3 - Fundamentação Teórica	12
4 – Desenvolvimento	
4.1 – Crescimento populacional (Entorno Sul e Distrito Federal) e o deslocamento populacional	17
4.2 – Brasília como Pólo de Crescimento	19
4,3- A Questão Imobiliária e Fundiária em Brasília e a Formação do Entorno Sul	24
4.4 - A Nova Territorialidade de Brasília	28
4.5. - A Construção da Identidade Pátria dos Moradores do Entorno	30
5 - As Dependência do Entorno Sul	32
5.1 – Dependências na área de Educação	33
5.2 – Dependência do serviço de necrotério	33
6- As Potencialidades do Entorno Sul	34
6.1 – Industria Alimentícia	37
6.2 – Setor de serviços	39
6.3 – Serviços de movelaria, marcenaria e outros	42
6.4- Função do Complexo Rodo-Ferroviário	43
7- Referências Bibliográficas	46

1 - Introdução

O processo de urbanização brasiliense desde sua gênese apresenta diversas particularidades sócio-espaciais que fazem de Brasília em seu sentido *lato* uma cidade altamente fértil aos estudos e pesquisas urbanas.

Algumas particularidades se destacam sobretudo por formarem as bases políticas e técnicas da configuração atual da ocupação territorial do Distrito Federal e também, as bases do aglomerado urbano da capital federal fora dos limites políticos administrativos definidos pelo quadrilátero.

Destacam-se como bases da política de ocupação territorial do Distrito Federal duas ações que alicerçam a atual formatação urbana, que são a especulação imobiliária promovida por agentes públicos e privados e a rigidez do uso do solo no DF. Santos p.112, 1985, classifica estas duas ações estruturais respectivamente como uma combinação de forças de mercado e decisões de governo, que acabam por definir a localização das pessoas no território.

Dessa forma é que no território do Distrito Federal foram criadas pelo Governo do Distrito Federal até meados da década de 70 diversas cidades satélites distantes do Plano-Piloto, para assentar os fluxos migratórios, bem como para atender a demanda por habitação surgida do crescimento vegetativo.

Ocorre que paralelamente à construção das cidades satélites para as populações de baixa renda, o próprio Governo do Distrito Federal, nas décadas de 60, 70 e 80, impunha severa rigidez do uso do solo, aliada número um da política de especulação imobiliária, levada a cabo pela Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.

Com o incremento da migração ocorrida sobretudo nos anos 60 e 70, a política de assentamento das famílias de baixa renda implementada pelo GDF nas cidades satélites não foi suficiente para contemplar a todos, restando aos não atendidos pelos programas sociais, como opção de moradia, apenas o chamado Entorno, uma vez que não era possível, na maioria dos casos, permanecer em ocupações irregulares e tampouco, aderir às propostas do mercado imobiliário, em razão dos elevados preços dos imóveis, só acessíveis aos setores de média ou elevada renda.

Com efeito, a dinâmica sócio-territorial do Distrito Federal gerou e continua gerando fundamentalmente a chamada segregação sócio-espacial, ao reservar as melhores áreas habitacionais, na maioria das vezes, as mais próximas do Plano-Piloto, aos setores de elevada

renda. Por outro, as áreas distantes, de menor valor econômico cuja localização comumente adentra em Goiás, restaram aos setores de menor poder aquisitivo.

A consequência imediata deste fenômeno foi e está sendo o trasbordamento da população de baixa renda para fora dos limites do quadrilátero do Distrito Federal, sobretudo ao sul, adentrando na periferia goiana, que leva por sua vez ao crescimento urbano desordenado, ao surgimento de cidades dormitórios e ao recrudescimento dos problemas sociais para o Estado de Goiás.

Assim, o crescimento urbano do Entorno Sul, fenômeno que se inicia no começo da década de 70, ganha força nos anos 90 com a emancipação de ex-distritos de Luziânia que formaram os municípios de Valparaíso, Novo Gama e Cidade Ocidental.

Não obstante, o crescimento junto ao limite de fronteira do DF com o Goiás, é outro aspecto de destaque na questão, pois em território goiano a flexibilidade normativa do uso do solo possibilitou ações dos agentes imobiliários na implementação dos assentamentos urbanos de baixa renda.

Por estas razões cria-se uma Brasília além do Distrito Federal (Entorno Sul) totalmente dependente sócio e economicamente. Esta dependência se dá de forma polinucleada, sendo o principal núcleo no qual os habitantes do Entorno Sul buscam suprir suas necessidades de emprego e de serviços públicos essenciais, o Plano-Piloto, e, secundariamente, a cidade satélite do Gama.

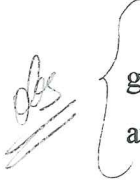
Dessa maneira, a importância deste trabalho fixa-se em buscar definições da nova territorialidade de Brasília que a priori transborda o quadrilátero do Distrito Federal adentrando no Entorno Sul, uma vez que, em particular, esta parcela do Entorno é periferia direta de Brasília.

Com efeito, a contribuição pretendida neste trabalho vem ao encontro de se desvendar a dinâmica dos processos sociais existentes entre a periferia situada em território goiano e o Distrito Federal, em especial, a cidade satélite do Gama, a mais estruturada e complexa satélite próxima ao aglomerado em questão.

A definição de uma nova territorialidade de Brasília modificaria substancialmente diversos parâmetros de trabalhos governamentais e de entidades sociais, como é o caso das estatísticas e dos dados sócio-econômicos, cujo, alicerce é sempre a base territorial do quadrilátero do DF. A mudança implicaria em se descobrir a verdadeira Brasília, que hoje perpassa o território do DF.

O dado que melhor nos auxiliaria para tal inferência seria as estatísticas da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN que busca uma amostragem, a partir da base territorial do DF, do número de pessoas que procuram emprego.

O maior erro metodológico da PED, por exemplo, é justamente considerar apenas o DF como base territorial, pois o Entorno limítrofe, e em especial o Entorno Sul, participam veementemente do mercado de trabalho do Distrito Federal e não são em nenhum momento computados nas estatísticas deste fenômeno social. Neste vácuo, vão juntas as pesquisas de renda, de número de eleitores, do número da mortalidade infantil, do número de uso dos serviços de necrópoles, do número das expedições de carteira de identidade, dentre outros.

 Dessa forma, o entendimento da base territorial de Brasília é passo *sine qua nom* para o gerenciamento de políticas conjuntas com os entes governamentais envolvidos, bem como para a atuação da sociedade civil e também, para o gerenciamento de investimentos econômicos.

O destaque a ser dado neste trabalho às relações do Entorno Sul com a cidade satélite do Gama é fruto de sua função de centro de serviços essenciais básicos e de comércio que esta satélite tem exercido. Por este fato, o Governo do Distrito Federal na gestão de 1991 a 1994 cogitou a nomenclatura “Gama, Capital do Entorno” para sintetizar as múltiplas dependências exercidas pelo Entorno Sul à cidade satélite do Gama.

Por outro lado, o direcionamento deste trabalho para a relação de dependência do Entorno Sul deriva da concepção de que, paralelamente às dependências, existem plausíveis potencialidades econômicas que podem levá-lo a atingir um certo grau de desenvolvimento sócio-econômico, desde que adotado um estratégico planejamento do território com posteriores implementações de políticas públicas.

Observar, portanto, a parcela de Brasília que se encontra fora do Distrito Federal, é fundamento básico para uma Política de Integração com o Entorno, que consiste em gerenciar as políticas públicas, a partir da definição da cota de responsabilidade de cada ente governamental envolvido na questão.

Pela contundência da evolução do fenômeno de crescimento urbano para além fronteira do DF e pela, conseguinte formatação de uma nova territorialidade de Brasília, definiu-se neste trabalho alguns objetivos que nortearam sua confecção:

- ⇒ Analisar criticamente a relação de dependência e de potencialidade do Entorno Sul como periferia de Brasília, além dos domínios territoriais do Distrito Federal pré-estabelecidos.
- ⇒ Compreender a formação da nova territorialidade de Brasília além do Distrito Federal.
- ⇒ Analisar a relação de dupla dependência dos serviços essenciais que o Entorno Sul possui; a primeira, com o Plano-Piloto, e a segunda, com as cidades satélite do Gama.
- ⇒ Averiguar a formação de uma meso-região geoeconômica, e de serviços cuja cidade-satélite do Gama exerce papel de centro.
- ⇒ Definir as potencialidades locais do Entorno Sul a partir de suas peculiaridades sócio-espaciais.

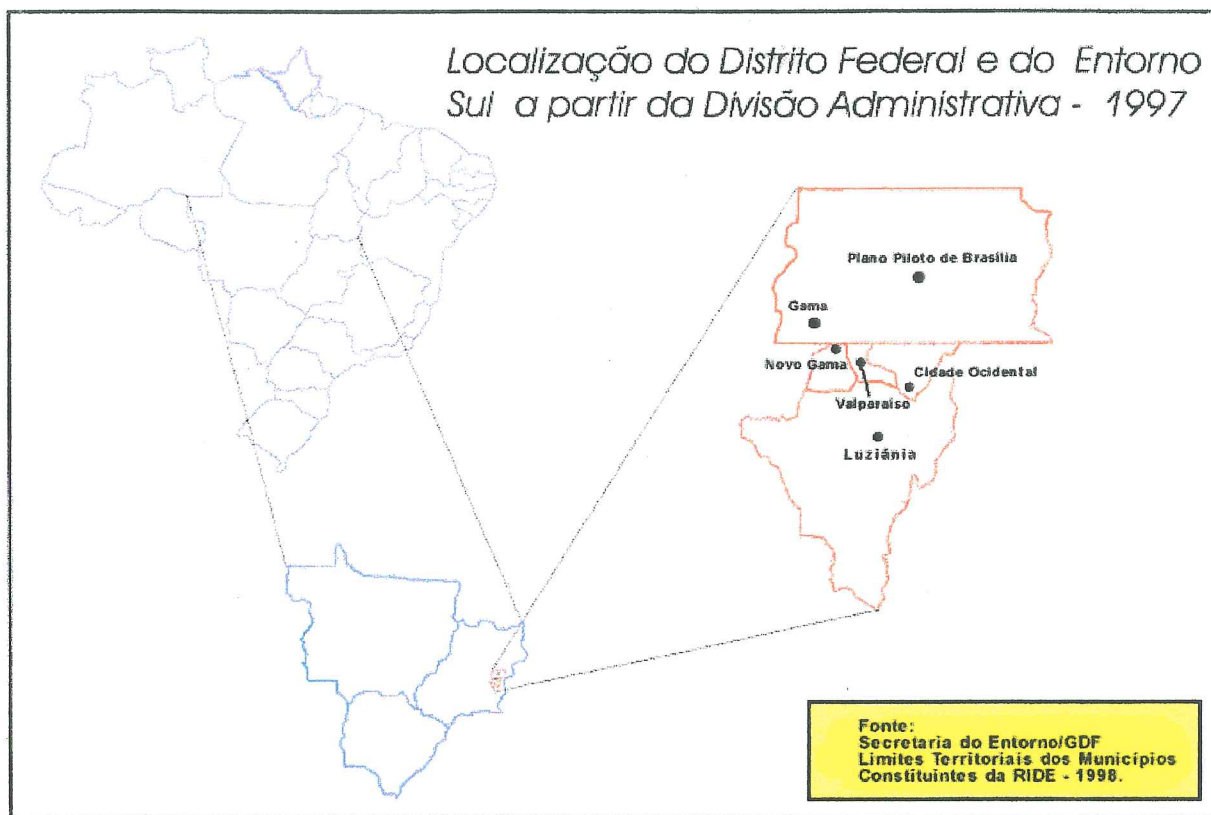
2- Área de Abrangência do Estudo.

A área de estudo, neste trabalho é a expressão geográfica das relações de dependência e potencialidades entre Brasília, capital do país e sua área adjacente: o Entorno Sul.

Definiu-se, neste trabalho, o Entorno Sul como a parcela da região do Entorno que se encontra na saída sul do DF, já em território goiano, às margens da BR-040/050. O Entorno Sul é composto atualmente por 4 municípios, Luziânia - o mais antigo de todos e o cessionário territorial aos demais; Cidade Ocidental; Valparaíso e Novo Gama.

O município de Cidade ocidental foi o primeiro a se emancipar de Luziânia em 1991. Os municípios de Valparaíso e Novo Gama conseguiram atingir suas autonomias político-administrativas em 1996.

Mapa 01



3 - Fundamentação Teórica

O adensamento no Brasil do processo de transferência de população ligada às atividades produtivas do meio rural para às concentradas em meio urbano, denominado de urbanização, é observado sobretudo, a partir dos anos 50, quando por decorrências de deliberadas políticas de intervenção do Estado no território nacional, cria-se uma nova configuração territorial que redimensiona a funcionalidade do território. A este respeito Santos (1993, p.38) afirma que “A configuração territorial é formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza, verdadeiras próteses, de maneira a permitir que se criem as condições de trabalho de cada época.”

Assim, o vertiginoso crescimento da urbanização brasileira, tem como consequência o fato da expressiva maioria da população residir no meio urbano. Isso, decorre diretamente do dinamismo econômico e funcional por que passaram os diversos centros urbanos impulsionados

pelas novas possibilidades de desenvolvimento econômico, geradas a partir da execução da chamada nova configuração territorial.

O desenvolvimento da configuração territorial, por sua vez, “vem com o desenvolvimento exponencial do sistema de transportes e do sistema de telecomunicações e da produção de energia.” Santos (1993, p.38).

A proposta de configuração territorial ocorrida em meados da década de 50 com o início da construção de Brasília, buscou à adequação do território às necessidades de produção da época, que nada mais é do que melhorar a fluidez do território para permitir a expansão do sistema capitalista.

O dinamismo econômico urbano, efeito da nova configuração territorial emergente, gerador de urbanização, deveu-se sobretudo ao aumento do produto industrial a tal ponto que, segundo o IBGE, este ultrapassa em 1957, pela primeira vez, a produção agrícola que historicamente sempre constituiu a base econômica brasileira.

Para dar sustentação ideológica às novas mudanças elabora-se no campo que Santos (1993, p.46) denomina de psicosfera as regras objetivas da racionalidade ou do imaginário que embasam a constituição do ideário de vida do meio urbanizado.

Dessa maneira, “na atualidade mais que em toda história da humanidade, o urbano, e o processo que o gera, a urbanização, se impregnam de movimento, mudanças e transformações que a sociedade mesma lhes impõem. Tempo e espaço amalgamam-se, acelerados por forças acumuladas na urbanização pretérita, sendo vetores que demarcaram as tendências, desejos e pressões em diferentes contextos e formações socioespaciais (Paviani, 1996, p.213).

Neste contexto de ascensão da produção industrial, da mítica da modernidade, da formação de uma nova configuração territorial, aliadas ao discurso de interiorização e integração do desenvolvimento brasileiro é que surge a efetiva ação em prol da construção de Brasília, afim de sediar a Capital Federal.

A construção de Brasília como nova sede da capital federal é fruto, portanto, de estratégico planejamento que alterou substancialmente tanto a base produtiva nacional, bem como a circulação de bens, serviços e fluxos humanos no território.

Adentrando no âmbito das relações político territoriais internas ao Distrito Federal, percebe-se desde o início da construção da nova capital e posteriormente nas décadas de 60, 70, enormes pressões por habitação. É neste período que, para contemplar estas demandas, o governo local cria a maioria das cidades satélites de Brasília como forma de solucionar a necessidade por moradia.

Assim, o espaço urbano de Brasília foi se constituindo de forma polinucleada, ou seja, dividido em vários núcleos urbanos, denominados de cidades-satélites distantes do centro - o Plano-Piloto, local da expressiva maioria dos empregos.

É importante salientar que a localização da chamadas cidades satélites obedeceu a determinação de se manter um distanciamento das parcelas de menor renda do Plano-Piloto, o que acarretou, na execução de um política urbana, regida preponderantemente pela segregação sócio-espacial.

O crescimento de Brasília causado tanto pelo crescimento vegetativo quanto pelos fluxos migratórios não foi acompanhado, na mesma proporção, do crescimento da oferta de habitações para a população de baixa renda no Distrito Federal. Dessa maneira, em virtude da escassez de imóveis criou-se um verdadeiro circuito de especulação imobiliária. Assim, a saída habitacional para tais populações, seria procurar a ilegalidade em invasões, o que era duramente combatido pelo GDF, ou então, o que foi mais comum, buscar no Entorno, sobretudo no Entorno Sul, lugar para morar.

Evidenciam-se na configuração da morfologia urbana do Distrito Federal e do Entorno Sul dois instrumentos coesos, concomitantes e complementares que representam instrumentos de controle social da ocupação territorial: o controle do uso solo e a especulação imobiliária.

Face ao polinucleamento oriundo da segregação sócio-espacial e à desaglomeração desordenada dos núcleos urbanos do Entorno, Paviani (1989, p.54-55) divide a cidade em três partes: Brasília 1, que corresponde ao Plano-Piloto, ou ao centro; Brasília 2, que seriam as cidades-satélites, e Brasília 3, cujos componentes ocupam vasta área de loteamentos periféricos em municípios goianos.

Para este mesmo autor, Brasília preenche todos os requisitos para ser considerada como metrópole, quais sejam: complexidade funcional; massa ou volume populacional e inter-relação/integração espacial (1989, p.51).

Brasília, apesar de se classificar como uma metrópole de escala regional, a exemplo de qualquer outra, possui uma centro delimitado, que é o Plano Piloto e uma vasta periferia composta, dentro do território do Distrito Federal, por mais de uma dezena de cidades satélite. E, "composta no lado goiano, por vários assentamentos dormitórios dependentes economicamente do centro, com aproximadamente 280mil moradores" (Paviani, 1989, p55).

Com efeito, o processo de metropolização da capital federal assume algumas características peculiares. A primeira delas, é o fato de ser uma metrópole descontínua, ou seja, seu sítio urbano não é agregado ao centro, permanecendo pulverizado em vários núcleos. A

segunda peculiaridade, que em parte é decorrente da primeira é que Brasília ultrapassa o limiar do território do DF, adentrando no entorno goiano, notadamente ao sul junto às margens da BR-040.

A prova disso é grande migração pendular (Entorno - Centro) realizada diariamente pela maioria da população empregada. Este avanço de Brasília para além do DF é fato incomum, pois é a única metrópole brasileira que permeia diretamente mais de uma unidade da federação.

A história das cidades que compõem o Entorno Sul, salvo a de Luziânia, nos diz que todas são posteriores à Brasília, portanto, surgem por consequência do efeito polarizador da capital federal.

Assim, as grandes distâncias do aglomerado abrangido pelo Entorno Sul, é atribuído

"ao esquema relativamente fechado de terras públicas para uso urbano e ao mecanismo imobiliário que ensejaram um movimento de empurrão para além dos limites do DF de considerável contingente de população de baixa renda. (Paviani, 1989,p.43)

Bertone (1983) ao estudar o Entorno Sul como elemento inserido no modelo de centro e periferia, o interpreta da seguinte forma:

" as formas assumidas por sua organização espacial (DF x Entorno Sul) encontra no agente Estado, o seu principal articulador, pois ao deter o monopólio sobre o seu mais importante fator de produção, a terra, exerce uma ação de regulamentador das relações sociais e das normas que regem a sociedade, como também dos mecanismos que visam expandir e aprofundar as relações de produção que possibilitam acumulação capitalista, enquanto retraem-se espaços urbanos através dos preços e do controle sobre a terra requeridos por populações e atividades de precárias rendas ". (Bertone, 1983, p. 43)

Se por um lado a metropolização é um fato presente, por outro, o monopólio da terra acrescido da especulação imobiliária são fatores de altíssima relevância, haja visto que a inexistência destes dois vetores provocaria uma outra configuração na dinâmica urbana de Brasília e do próprio Entorno.

Assim, para Paviani (1996, p.214) a terra aparece como condicionante da expansão urbana e como barreira que se interpõe ao soerguimento da cidadania.

Um outro aspecto muito importante a ser ressaltado no estudo que envolva Brasília e suas extensões fora do DF, é a percepção da inserção dos moradores no mercado de trabalho do Distrito Federal.

Portanto, o Entorno Sul é um apêndice de Brasília fora do Distrito Federal, que merece a devida atenção dos órgãos governamentais das duas unidades da federação, pois "periferia é periferia em qualquer lugar".

Cabe salientar que, O Entorno Sul por possuir localização estratégica situando-se no limite sul do DF junto à BR-040 e à Ferrovia Centro-Atlântica, principais eixos de ligação entre Brasília e toda Região Sudeste e por estar junto ao grande e qualificado mercado consumidor de Brasília, possui fundamental contribuição para o crescimento desta região possibilitando diversas potencialidades econômicas como a exploração da economia rodoviária, do setor de serviços automotivos, de armazenamento e de industrialização.

Assim, ao se estabelecer as diretrizes teóricas que elucidam as funcionalidades sócio-espaciais do relação do Entorno Sul com o Distrito Federal, destacou-se as seguintes hipóteses:

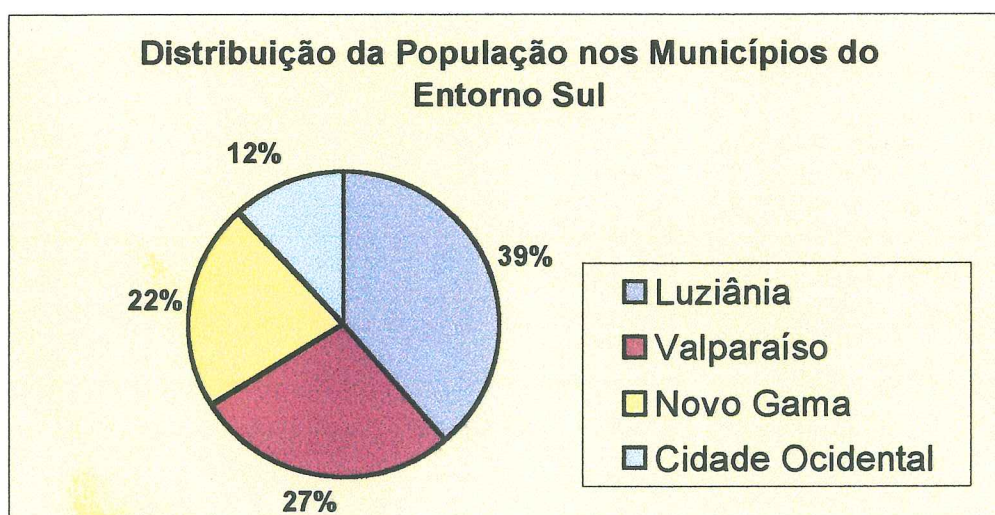
- O contínuo crescimento do Entorno Sul é consequência direta do efeito polarizador de Brasília como Capital Federal.
- As políticas segregacionistas de uso do solo no Distrito Federal aliadas à especulação imobiliária, dirigem tanto os recém migrantes, quanto as parcelas empobrecidas da população do Distrito Federal a procurarem o Entorno Sul como saída habitacional.
- A flexibilidade normativa no que se refere ao uso do solo nos municípios goianos permite a disponibilidade de áreas habitacionais para populações de baixa renda.
- O Entorno Sul como periferia imediata possui fortíssima dependência dos serviços sociais e do mercado de trabalho do Distrito Federal.

4 - Desenvolvimento

4.1 - Crescimento Populacional (Entorno Sul e Distrito Federal) e o Deslocamento Populacional

Nos quatro municípios do Entorno Sul encontramos uma população de 275.669 habitantes no ano de 1996. O município de Luziânia possui 106.695 habitantes, o de Valparaíso, 75.380 habitantes, o do Novo Gama, 60.447 habitantes, e por fim, o de Cidade ocidental tem 33.147 habitantes.

Gráfico 01



Fonte: Contagem Populacional – 1996, IBGE

Elaboração: O autor.

Já o comportamento do crescimento populacional do Entorno Sul apresenta desde do censo de 1960, ano da inauguração de Brasília, até os dias de hoje, um crescimento médio anual bem variado por razões que se enquadram basicamente no comportamento das ações do mercado imobiliário do DF e na políticas que o Governo do Distrito Federal levou a cabo para assentar a crescente população.

Tabela 01

Evolução do Crescimento da População do Distrito Federal e do Entorno Sul entre 1960 e 1996.

	População					Taxa Média de Crescimento Anual (%)			
	1960	1970	1980	1991	1996	60/70	70/80	80/91	91/96
DF	140.164	537.492	1.176.935	1.601.094	1.821.946	14,39	8,15	2,94	2,62
Entorno Sul	27.444	32.807	92.807	207.674	275.669	1,80	10,95	8,38	5,82

Fontes: Adaptado de Miragaya & Cordeiro, 1997; Censos IBGE: 1960, 1970, 1980 e 1991; Contagem Populacional, IBGE – 1996.

Os dados da Tabela 01 demonstram que no período de 60/70, enquanto o DF cresceu 14,39%, o Entorno Sul cresceu apenas 1,80% ao ano. Isto se explica porque nesta década a quase totalidade dos fluxos migratórios que vinham para a nova capital e o seu crescimento vegetativo eram no próprio DF assentados com a criação de cidades como Taguatinga, Gama, Sobradinho, Guará.

O intervalo seguinte observado, 70/80, observa-se outro comportamento da dinâmica populacional da área em estudo em que o Distrito Federal cresceu 8,15% a.a enquanto o Entorno Sul o superou com o índice de 10,95% a.a, isto é, o Entorno Sul saltou de 32.807 habitantes para 92.807, ou seja, praticamente triplicou o número de habitantes. O Distrito Federal, por sua vez, possuía 537.492 habitantes em 1970 e 1.176.935 em 1980, ou seja, sua população duplicou.

O índice de crescimento médio anual do Entorno Sul no intervalo de 70/80, maior do que o do DF, dá-se em função, também, de que somente foi criando neste interim apenas um núcleo habitacional de baixa renda em Brasília, que foi a cidade-satélite da Ceilândia, o que não foi suficiente para assegurar no próprio território do Distrito Federal todo o contingente populacional. Ao não ser contemplado pela política habitacional do Governo do Distrito Federal, grande parte da população, por razões econômicas, não aderiu às opções do mercado imobiliário, restando-lhes o Entorno como alternativa de moradia. Outro fator que de forma nenhuma pode ser omitido, é que o crescimento do Entorno neste período, deve-se também por ter havido nesta região possibilidades de trabalho, cuja atividades centram-se basicamente no mercado de matéria-prima (fabricação de tijolos, extração de areia, cascalho, brita).

No intervalo de 80/90 o Distrito Federal apresentou taxa de crescimento médio anual de 2,94%, enquanto o Entorno Sul, 8,38%. Isto representa nominalmente um acréscimo de 424.159 habitantes para o DF e 114.867 habitantes para o Entorno Sul. Os fatores condicionantes, neste período, do maior Crescimento do Entorno Sul são basicamente três, todos pertinentes ao DF:

habitantes para o DF e 114. 867 habitantes para o Entorno Sul. Os fatores condicionantes, neste período, do maior Crescimento do Entorno Sul são basicamente três, todos pertinentes ao DF: especulação imobiliária, rigidez do controle do uso do solo (que proíbe a instalações de habitações irregulares de invasões), e a não suficiente contemplação dentro do DF da disponibilidade de unidades habitacionais via programas governamentais para comunidades de baixa renda.

O último período analisado, que vai de 91/96, o DF apresentou o menor crescimento médio anual de sua história com o índice de 2,62% e o Entorno Sul, também declinou sua taxa de crescimento para 5,82%. A taxa de crescimento médio anual do Entorno Sul neste último período foi mais de duas vezes superior ao do DF. O índice de crescimento indica que tanto o DF e sobretudo o Entorno Sul apresentam taxas de crescimento acima da média nacional que se situa em torno de 1,7% a.a., pois os fluxos migratórios embora estejam menos intensos, continuam buscando Brasília como alternativa urbana de perspectiva de vida..

4.1 - Brasília como Pólo de Crescimento

A gestão do território travestidas em políticas de ocupação efetiva, incentivos e organização territorial é um processo subjacente aos ciclos de desenvolvimento econômico almejados pelos Estados-Nações.

A história da gestão do território brasileiro, mesmo em épocas coloniais, passou por constantes discussões acerca de uma melhor ocupação territorial com fins a auferir maiores riquezas e eficiente controle do território pelo Estado.

Assim, as incursões promovidas pela coroa portuguesa em prol da ocupação do Planalto Central – denominadas de Bandeiras, no século XVIII motivadas pela busca de metais preciosos, conseguiu apenas construir incipientes assentamentos urbanos dispostos praticamente em ilhas, dado a não integração econômica com a forte economia e rede urbana litorânea que havia se desenvolvido.

A pouca integração existente nos assentamentos que foram iniciados pela coroa portuguesa e também os demais já criados por força das deliberações da época do Império deveu-se também a inexistência de meios de transportes modernos, haja visto que a abertura de estradas de ferro, por exemplo, tinham basicamente a finalidade de facilitar as exportações. Por

consequente, os investimentos em transportes se localizaram em pontos específicos do interior sempre em direção ao litoral, ou seja, sempre buscando o mercado exportador. A política da geografia dos transportes promoveu o isolamento do interior brasileiro, pois não se buscou ligar pontos do interior entre si.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a cada ciclo econômico o território assume diferentes papéis, seja ele rural ou urbano. Farret (1985, p.21) afirma que até na década de 30 do século, a área rural correspondia ao locus da produção, enquanto que as cidades tinham a finalidade de assentar a burocracia na intermediação e distribuição mercantil (a esfera da circulação) e da administração pública.

A estreita ligação das políticas territoriais com os ciclos econômicos é classificada por Farret (1985, p. 20) da seguinte forma:

" de uma forma mais rigorosa, podemos reconhecer que, até a construção de Brasília em 1960, dois estágios do desenvolvimento capitalista ocorreram no Brasil. São eles, o estágio do modelo primário de exportação (1900-1930) e o estágio do modelo de acumulação industrial (1930-1964)."

Para este autor, "o estado brasileiro, até 1930, período correspondente ao primeiro estágio, pode ser qualificado como um Estado oligárquico, que manteve um balanço político entre as estruturas regionais entre as estruturas regionais geradas pela economia agro-exportadora. Assim, o desequilíbrio interregional era uma decorrência da ação do Estado

O estágio seguintes, de acordo com Farret (1985 p.21), denominado de estágio do modelo de acumulação industrial (1930-1964), é caracterizado por forte transição da economia para o setor industrial que tornou-se o locus da acumulação.

A partir de então, o Estado inicia investimentos em urbanização bem como em habitação. A malha municipal brasileira começa a crescer, pois "a cidade surge por efeito indutivo da industrialização sem, contudo, ter a implantação industrial como necessária" (Ferreira, 1985, p.48).

Apesar da economia urbana a partir deste momento se fortificar, ela ainda possuía uma grande concentração nos antigos centros urbanos já consolidados. Desta forma "a construção de Brasília , foi a ocasião para que aconteça um novo pacto territorial" (Santos, 1985, p.102)

Santos (1985 p 102) a respeito da construção de Brasília afirma:

"equipam-se alguns pontos privilegiados do território, mediante uma obra consciente de renovação urbana e o próprio território como um todo, é chamado a ter mais fluidez. A passagem, no processo de evolução do capitalismo, de um nível para outro, exige esses dois esforços conjugados. A nova dimensão capitalismo reclamava, também, um estado mais moderno, territorialmente mais forte porque mais capaz de ser onipresente..."

Ferreira (1985, p. 48) corrobora com Santos ao esclarecer que a

"localização territorial de Brasília é estratégica no sentido de responder a necessidade de articulação do sudeste com o Centro-Oeste e com Nordeste, para permitir o escoamento da produção da região, e para a penetração dos produtos industriais e dar infra-estrutura para a penetração do capital. Brasília se constitui em ponta de lança da região mais desenvolvida economicamente, numa região que estava se inserindo numa nova divisão de trabalho dentro do processo produtivo."

Assim, a construção de Brasília possibilitou, então, a formação de um novo centro no país, o qual induziu o crescimento econômico para a região Centro-Oeste, bem como, facilitou o acesso à região norte e à parte ocidental da região nordeste.

A construção de Brasília foi portanto fruto de uma política de estratégia territorial, cujo objetivo era criar um novo centro no país – o centro político-administrativo, com fins a gerar a integração econômica e ampliação o mercado de consumo da produção industrial do sudeste brasileiro.

Uma das primeiras etapas para concretizar estes objetivos deu-se com a construção de rodovias com fins a criar verdadeiros eixos rodoviários de penetração no território, como foi o caso da rodovia Belém-Brasília, que possibilitou condições para a chamada "integração norte-sul, objetivo nacional perseguido desde o Império". (COSTA, 1998, p. 52). Para fazer de Brasília um novo centro do Brasil, o Governo JK, segundo Costa (1998, págs. 51, 52 e 53) priorizou a estrutura de circulação do espaço nacional com a construção de rodovias de grande escala definindo, assim, a ossatura de circulação em torno do novo referencial geográfico do poder político com a construção de rodovias ligando Brasília aos seguintes centros regionais: Belém-Brasília, Acre-Brasília, Fortaleza-Brasília (BR-020), Belo-Horizonte-Brasília (BR-040) e Goiânia-Brasília (BR-060).

A este respeito, Santos (1985, p. 102) sustenta que:

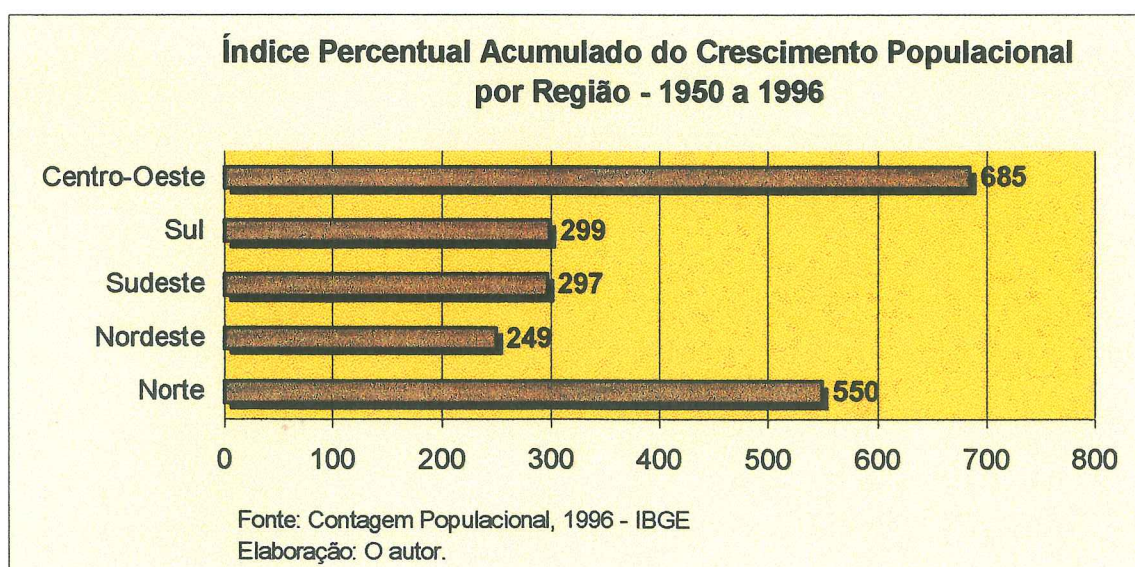
"Brasília justifica os grandes investimentos em infra-estrutura, que encurtam o tempo das informações e das viagens e avanta as atividades mais famintas de espaços. Estas que

coincidem com os monopólios e com os oligopólios, nacionais e multinacionais, estendem sua área de mercado que, em muitos casos, confundir-se-á com os próprios limites geográficos, facilitando a concentração econômica e a concentração espacial, beneficiando, assim, a indústria paulista e sua base territorial, que, então, era sobretudo a aglomeração paulistana.

Dessa forma, é mais compreensível entender as razões pelas quais o governo Juscelino obteve grande consenso e apoio político dentre os setores sociais que historicamente interviam e influenciaram as decisões nacionais. A estabilidade política decorrente, em grande parte, pela visão empreendedora do seu Plano de Metas, onde o maior destaque foi sem dúvidas nenhuma, a transferência da capital federal com a construção de Brasília, destacou-se no cenário político da época.

A constatação de que Brasília promoveu a indução do crescimento urbano no Planalto Central é observável quando se verifica os índices percentuais acumulados de crescimento populacional por região de 1950 a 1996 (Gráfico 02).

Gráfico 02



No período exposto, a região Centro-Oeste assumiu isoladamente a liderança do índice percentual acumulado, ficando com a marca de 685%, o que representa nominalmente uma passagem da marca de 1.532.924 habitantes em 1950 para 10.500.579 habitantes em 1996 (Tabela 02).

Santos (1993, p.58) apresenta outros dados que corroboram com idéia de se levantar a importância macro-urbanística da Região Centro-Oeste. Este autor afirma que " o caso do Centro-Oeste merece uma observação particular. Essa era, em 1940, 1950 e 1960, a região menos urbanizada do país e a partir de 1970 ganha o segundo lugar nessa classificação, precedida apenas pelo Sudeste". (Santos, 1993, p.58). A região Centro-Oeste atingiu o índice de urbanização de 67,75% em 1980.

Para Santos (1993, p.62) tal fato é atribuído à redescoberta do cerrado, à modernização do país e à construção de Brasília.

A instalação definitiva de toda a máquina pública federal na nova capital, que trouxe consigo uma importante rede de serviços concomitante à abertura de rodovias ligando-a a todos os lugares do Brasil fez de Brasília um verdadeiro "pólo de crescimento". Neste pólo, os conceitos de Perroux de conjunto motriz/conjunto movido (1967, p.173) possuem outra formatação daquela original atribuidora do conjunto motriz sempre a indústria. Em Brasília o conjunto motriz, caracterizado pelo agremiado de órgãos da administração pública instalados. e o conjunto movido, por sua vez, fica caracterizado como todas as atividades econômicas existentes na cidade.

Sobre a questão da polarização e do eixo econômico de Brasília, Ferreira (1985, p. 53) afirma:

" no caso de Brasília não foi a industrialização o cimento da urbanização, mas sim sua posição de interconexão e, principalmente sua função de capital, que lhe garantia ser um mercado urbano em potencial devido ao seu porte e ao poder aquisitivo bastante elevado da população de funcionários".

Tabela 02

	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Brasil	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	157.070.163
Região Norte	2.048.696	2.930.005	4.188.313	6.767.249	10.257.266	11.288.259
Região Nordeste	17.973.413	22.428.873	28.675.110	35.419.156	42.470.225	44.766.851
Região Sudeste	22.548.494	31.062.978	40.331.969	52.580.527	62.660.700	67.000.738
Região Sul	7.840.870	11.892.107	16.683.551	19.380.126	22.117.026	23.513.736
Região Centro-Oeste	1.532.924	2.678.380	4.629.640	7.003.515	9.412.242	10.500.579

Fonte: Contagem Populacional, IBGE, 1996.

4.2 - Questão Imobiliária e Fundiária X Segregação Sócio-Espacial: A Formação do Entorno Sul

Dentre os vários elementos necessários para que hajam investimentos imobiliários, a unidade territorial/terra urbana é imprescindível, pois o investimento tem que se fixar em algum lugar físico. Sua característica de irreprodutibilidade e o regime fundiário em que está presente torna-a um vetor determinante à fixação de assentamentos humanos.

A terra urbana como elemento irreprodutível num contexto em que os aviltantes crescimentos urbanos no Brasil, especialmente nas últimas duas décadas, exigiram uma demanda cada vez maior de espaço físico, induziu, também a expansão horizontal. Neste contexto o regime fundiário ou a relação dominial atua como elemento facilitador ou de impedimento, visto que se as pretendidas terras forem de particulares, o ônus da expansão seria potencialmente multiplicado.

Sobre este aspecto, o caso do Distrito Federal é muito peculiar, pois na primeira X Constituição da República em 1891, já estava determinado pertencer à União uma zona de 14.400 km² para sediar a nova capital.

Malagutti (1997, p.18) afirma que após os estudos feitos pela Missão Cruls em 1882 e pelo Relatório Belcher em 1953, o processo de desapropriação só inicia com o Decreto no 480/55 do Estado de Goiás que declarava a área destinada à localização da nova capital, de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social, e com a Lei Federal no 2.874/56 que determinava os procedimentos administrativos.

O objetivo das normas jurídicas era promover toda a desapropriação das terras contidas no quadrilátero do Distrito Federal (Tabela 03 – situação atual), que ficou demarcado com uma área de 5.813 km². Para isto, as desapropriações adentraram a década de 60, acarretando hoje, a seguinte estrutura fundiária:

Percentual Registrado Situação Dominial

Tabela 03

Percentual do Território	Situação Dominial
51,36%	Desapropriada (de propriedade do GDF)
8,53%	Desapropriada em Comum ¹
8,23%	Em Processo de Desapropriação

33,28%

Particular

1 Nomenclatura jurídica que designa litígio de propriedade entre a Terracap e algum particular

Fonte: Relatório Técnico do PDOT, 1997, p. 58

Segundo Bassul, (1997 p.18) a idéia de desapropriação de todo o território tinha a intenção de permitir que o Estado pudesse obter os recursos decorrentes da valorização das glebas rurais que seriam, aos poucos, transformados em loteamentos urbanos. A princípio tais recursos seriam suficientes para pagar os custos de construção e manutenção da nova cidade.

Para cumprir o referido objetivo, "havia em 1960 na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil NOVACAP um departamento especial na realização de loteamentos e na venda de lotes criados, que nos anos mais tarde em 1973, transformou-se em uma empresa autônoma, denominada de Companhia Imobiliária de Brasília TERRACAP.

Assim, o Governo do Distrito Federal representado pela TERRACAP transformou-se em verdadeiro agente imobiliário público, o qual realiza, também, diversas especulações imobiliárias aos reservar terras aguardando valorização para posteriormente, colocá-las à venda.

A crescente demanda por habitação existente desde a gênese de Brasília, fomentada pelo crescimento vegetativo e por fluxos migratórios fez com que os imóveis contidos na cidade ganhassem grande valorização.

A especulação imobiliária acrescida das ações em prol da preservação do plano urbanístico do Plano Piloto acabou por produzir uma segregação sócio-espacial, visto que "no momento da construção de Brasília, já se presencia uma seletivização espacial, pois o Plano-Piloto, desde o início, caracteriza-se como o espaço urbano destinado ao funcionalismo, enquanto as cidades-satélites eram formadas por população migrante de trabalhadores, ligados sobretudo à construção civil..." (Campos, 1991, p.100)

Bassul (1997, p.14) explica que em 1956, quando foi determinada a área para a instalação de Brasília, já existiam duas cidades dentro do quadrilátero do DF, Planaltina fundada em 1959, e Brazlândia, criada em 1933. Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Taguatinga e Cruzeiro surgiram em consequência dos movimentos sociais dos pioneiros, nos anos que vão de 1956 à 1959. No ano da inauguração, surge a cidade satélite do Gama e Sobradinho.

Nos anos posteriores, o eldorado da vida na capital continuou e continua atraindo ao DF fluxos migratórios, os quais não foram e estão sendo, em parte, fixados em seu território, pois a rigidez sobre o controle do solo e a especulação imobiliária representam um instrumento de controle da ocupação territorial

A consequência imediata deste fenômeno foi e está sendo o "transbordamento populacional para fora dos limites do quadrilátero do Distrito Federal, que leva por sua vez ao crescimento urbano desordenado, ao surgimento de cidades-dormitórios e ao recrudescimento dos problemas sociais" (Projeto de Lei n.º 101, p.02, Senado Federal)

Como quase todas as ditas cidades satélites conjuntamente com o Entorno surgiram em função de um núcleo principal, o Plano-Piloto de Brasília, que abriga a maioria e os melhores empregos, a especulação imobiliária dar-se baseada em fatores locacionais, cuja acessibilidade determinar o grau de valorização imobiliária.

O parâmetro de acessibilidade com base no valor da terra-distância permite formar um modelo de gradação de valorização imobiliária (Gráficos 03/04 e 05/06). A minimização do deslocamento da população em razão da satisfação de suas necessidades coloca o Plano-Piloto em situação privilegiada ao ser o principal locus de empregos e serviços no DF. Por outro lado, o grau de distanciamento, um dos fatores de decréscimo de valor.

Deste modo, a tentativa de fugir da especulação imobiliária produziu de padrão econômico e de área de atuação distintos. O primeiro, de origem na classe média, astutamente optou pelos chamados "condomínios, aproveitando-se da mal resolvida questão fundiária e da ausência de fiscalização. Geograficamente, a característica marcante dos condomínios é sua proximidade com o Plano-Piloto, e portanto estão dentro do território do DF.

Gráfico 03

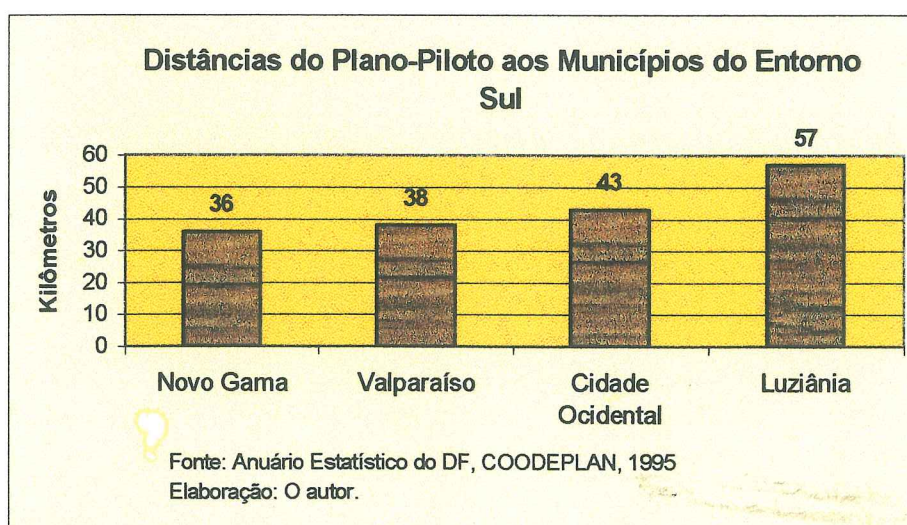
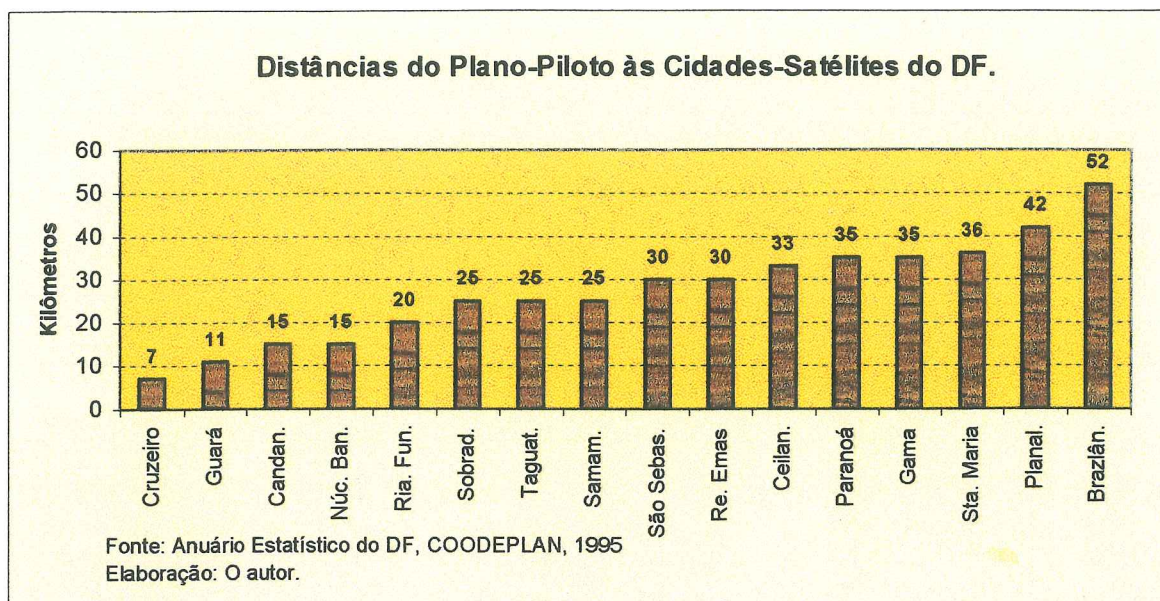


Gráfico 04

O outro grupo, de baixa renda econômica, não teve escolha e acabou encontrando no Entorno a saída habitacional. O próprio presidente da TERRACAP José Roberto Bassul (1997, p.20) as duas razões que se complementam para o assentamento da população na fronteira externa do DF:

"os preços do mercado imobiliário de Brasília são elevados e nos municípios vizinhos, o parcelamento do solo pela iniciativa privada não estão submetido às condições de controle que caracterizam a legislação do DF."

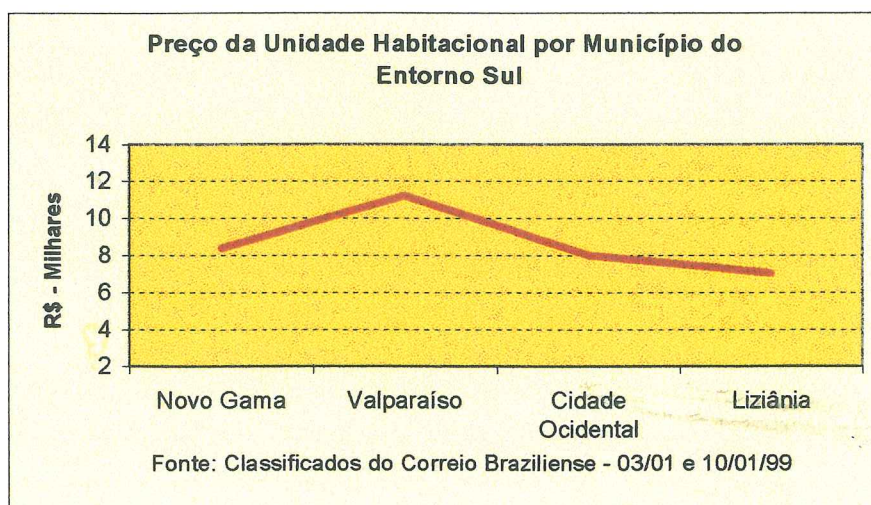
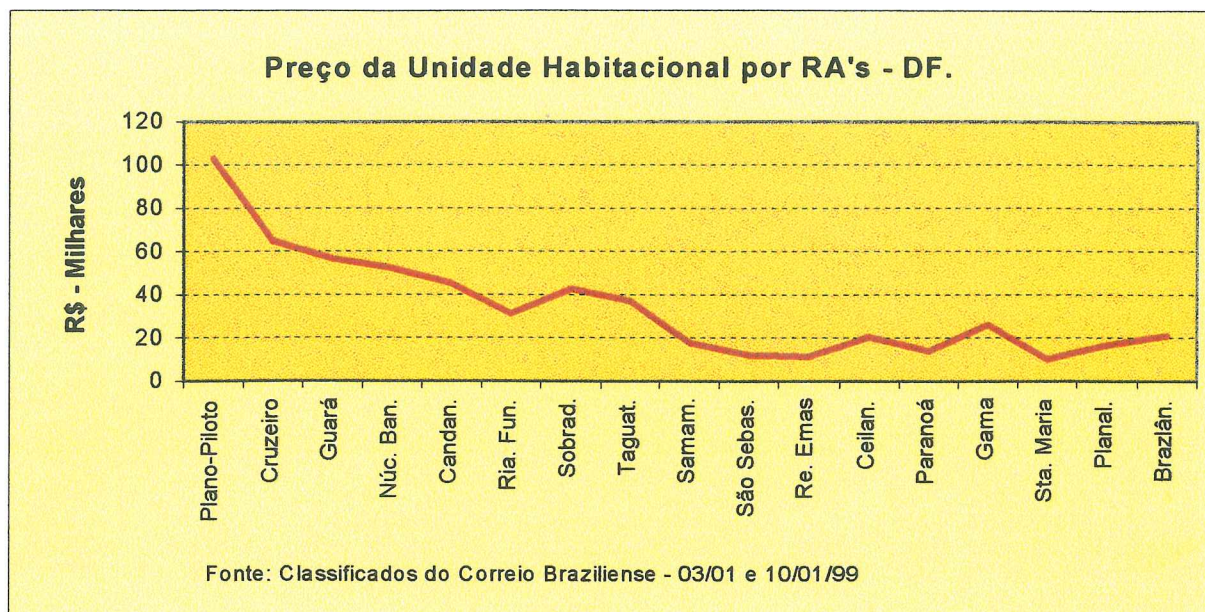
Gráfico 05

Gráfico 06

Conforme a tabela acima, nos municípios do Entorno Sul a depreciação do valor da terra pela relação terra-distância, expandido por estarem fora dos limites do Distrito Federal. Por conseguinte, ocorre com estes municípios não somente uma periferização de ordem físico-territorial, ocorre também, uma periferização social ao passo em que a ausência de investimentos governamentais do GDF e do Governo do Estado de Goiás somasse o caráter de abrigarem uma população de baixa renda.

4.4 - A Nova Territorialidade de Brasília

A definição do limiar político administrativo e especialmente, a construção da identidade cultural com o território representa, ainda nos dias de hoje, certa nebulosidade conceitual, aos habitantes de Brasília.

O não alinhamento de Brasília ao tradicional municipalismo, bem como a anômala gestão política-administrativa fazem de Brasília um espaço geográfico fértil aos estudos de territorialidade e de seus respectivos laços de patrilidade cívica.

Estas diferenças são decorrência da observância do artigo 32 da Constituição Federal que dispõe “O Distrito Federal, vedada sua divisão em municípios, reger-se-á por Lei Orgânica...”

O processo de construção dos novos equipamentos urbanos do Plano-Piloto de Brasília quase que concomitante ao das cidades satélites acabou por formar um espaço urbano polinucleado, dependente política e administrativamente, cuja história e respectiva identidade do povo com cada cidade satélite foi construída ao longo da vivência e da colaboração com a construção de cada uma.

A relação de extrema dependência dos serviços e empregos existentes em Brasília e o surgimento posterior a esta do chamado Entorno Sul, onde especulação imobiliária e a rigidez do uso do solo no DF tornam-se fatores condicionantes para seu surgimento, fez desta região, desde sua gênese, um apêndice urbano integrado economicamente.

Santos p. 112, 1985, afirma que a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Por força de mercado entende-se a especulação imobiliária, cuja relação de oferta e demanda torna a terra uma mercadoria comum; e por decisões de governo entende-se a rigidez do uso do solo.

Podemos entender teoricamente o Entorno Sul a partir das categorias constitutivas do espaço desenvolvidas por Santos p.77, 1996. A partir desta teoria, o Entorno Sul constitui-se como um fixo, pois é um objeto construído, imóvel e estático, servindo como instrumento ao trabalho.

Por ser distante fonte econômica mantenedora deste fixo, surge o movimento e a circulação de pessoas, bens, que é denominado de fluxos.

Santos, 1996, p.112 afirma que a “rede urbana tem um papel fundamental na organização do espaço, pois assegura a integração entre fixos e fluxos, isto é, entre configuração territorial e as relações sociais.

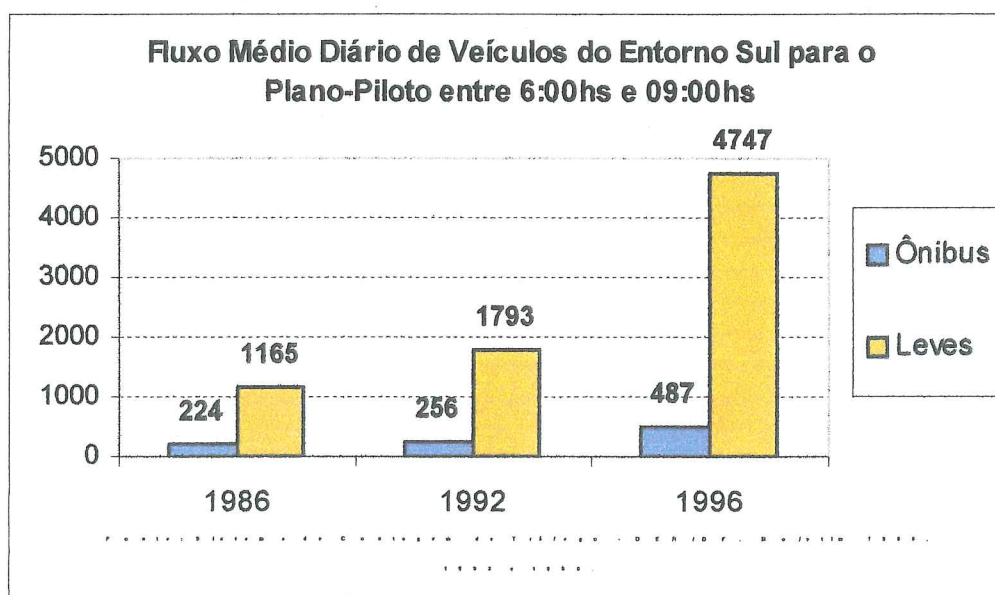
Ademais, a evolução da construção do espaço urbano de Brasília conjuntamente com suas imediações fora do quadrilátero do DF – Entorno Sul, assegurou a integração dentre os fluxos e fixos de forma mais integrada, dada a existência da migração pendular. Como já fora dito, o Entorno Sul, dado a sua dependência econômica, a história de sua formação (vide especulação imobiliária, migração e rigidez do controle do uso do solo), a migração pendular e a integração urbana mesmo que não seja total, pode ser considerado Brasília além do DF.

Embora existam, diversos agremiados, ou eixos de fixos e fluxos dentre vários núcleos urbanos, como por exemplo, dentre Anápolis para Goiânia, não existe pois, neste último caso

uma relação de existência a posteriori do núcleo urbano periférico em relação ao central (Goiânia). Da mesma forma, não existe uma quase total dependência de Anápolis em relação a Goiânia, ou seja, a cidade de Anápolis não é uma extensão longínqua da capital de Goiás.

Diferentemente do caso Anápolis-Goiânia, o Entorno Sul surge posterior à Brasília, depende do mercado de trabalho, e dos serviços públicos essenciais da capital federal. Tal fato é provado pelo sistemático aumento do fluxo de veículos como ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 07



Portanto, a territorialidade de Brasília, dentre dos critérios urbanísticos expostos, transcendem os limites do Distrito Federal.

4.5 - A Construção da Identidade Pátria dos moradores do Entorno

A relação que qualquer sociedade mantém com o território onde se assenta, lhe garante uma identificação que, a priori, é um adjetivo oriundo da nomenclatura atribuída ao referido lugar.

A cultura de denominação de segmentos sociais a partir de seu lugar de moradia é, em grande parte, decorrente da faculdade de abstração humana que, para construir o “imaginário

social”, usufrui da identificação classificatória dos espaços e, por decorrência, das pessoas que nele vivem.

A intenção desta classificação busca criar elementos abstratos que correlacionados formatam o que se pode chamar de mapa cognitivo a fim de possibilitar, mentalmente, uma sistemática de ordenamento espacial do meio geográfico.

Para os linguístas, a identidade coletiva de uma sociedade, quando diretamente atrelada à denominação do seu lugar de moradia, caracteriza-se, pois, em formação de adjetivo pátrio, ou seja, fica estabelecido bionivocamente uma correspondência dentre um caractere coletivizado de identificação com um dado lugar específico.

Com efeito, a idéia de imaginário social possui vínculos estreitos com o território em que foi criado. Assim, “todo imaginário social é também imaginário geográfico, porque embora fruto de um atributo humano – a imaginação – é alimentado pelos atributos espaciais, não havendo como dissociá-los.” Castro, 1997,p.178.

Adentrando diretamente no caso do Entorno Sul, fica patente a constatação de uma crise de identidade, justamente pelos fatores expostos no item 5.0. O Entorno Sul é de direito pertencente ao Estado de Goiás, e de fato agregado à Brasília.

O que acontece de fato é um verdadeiro descaso administrativo das duas unidades federativas envolvidas. O próprio Secretário de Cultura Desporto e Turismo do município de Luziânia, Garner Attiê, em reportagem ao Correio Braziliense de 13/12/96 afirma que “somos abandonados por Goiás e rejeitados pelo DF.” Sobre o assunto, na mesma matéria, o Secretário de Cultura expõe que “O governo estadual se acomoda, acha que Brasília tem responsabilidade sobre Luziânia. O Governo do DF, por não ter obrigação conosco também não olha por Luziânia”.

A crise de identidade dos moradores do Entorno Sul se interpõe diretamente ao exercícios de suas cidadanias, pois inexistente o auto-convencimento de afetividade cívica tão necessário ao processo democrático de luta por conquistas sociais no âmbito local.

Dito isto, pode-se afirmar que os moradores do Entorno Sul por estarem em “território de fronteira” possuem uma bizarra identidade pátria. São goianos por local de habitação e por colégio eleitoral, mas são brasilienses pelo mercado de trabalho e pelo local de nascimento, uma vez que a maioria dos moradores do Entorno Sul nascem nos hospitais de Brasília, e por local de funeral, dado que enterram seus entes, nos cemitérios de Brasília.

No entanto, não existe esta simples dualidade no tocante à identidade pátria dos moradores do Entorno Sul. Hoje, após o reconhecimento da existência do Entorno geral como região circunvizinha e dependente ao DF, se configura a imagem dos chamados “entornienses”.

O Entorno Sul é parte deste conjunto e, a um só tempo representa uma região específica com características histórica, políticas, econômicas e de migração pendular que lhe conferem símbolo próprio – identidade. As características constitutivas do espaço territorial do Entorno Sul são peculiares ao ponto de se discernir o Entorno Sul do restante do Entorno, ou seja, encontra-se uma região dentro de outra região.

Por isso, uma outra identidade advém deste emaranhado teórico que é justamente a de ser entornosulenses – adjetivo atribuído aos moradores do Entorno Sul.

A construção dos valores simbólicos para Souza p.1700, 1997 possui um sentido integrador e identitário ao nível local em cujo desdobramento se propicia e consolida uma espécie de “identidade coletiva territorializada”.

O que está acontecendo no Entorno Sul nada mais é do que o surgimento de uma subdivisão do espaço envolto de Brasília com a “emancipação” de uma região. As regiões, por sua vez, são entendidas como “um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional”. Santos, 1994, p.98.

5 - As Dependências do Entorno Sul

O Entorno Sul por se caracterizar como periferia de Brasília fora do Distrito Federal, possui um conjunto de dependência sócio-econômicas que se traduzem, tanto na disputa de mercado de trabalho do Distrito Federal (dependência econômica), quanto a utilização dos serviços públicos essenciais.

A utilização dos serviços públicos por habitantes do Entorno Sul dá-se, sobretudo, na cidade satélite do Gama, que, na prática, acaba por representar um centro de serviços públicos e de mercado de trabalho.

Infelizmente, os dados oficiais não conseguem captar o grau de utilização dos serviços públicos do Gama e do Distrito Federal, pois o habitante do Entorno para conseguir o atendimento em qualquer serviço público do DF tem que, quase obrigatoriamente, manipular seu endereço, sob pena de não conseguir utilizar o serviço pleiteado.

Assim, muitos dos chamados “entornianos” e em particular os “entonossulenses” tem que criar seu virtual endereço nos limites do quadrilátero. É a única forma de se conseguir a cidadania brasileira. Isto acarreta graves furos nas estatísticas, e por conseguinte, lacunas na execução de políticas pública dirigidas ao Entorno.

Portanto, todos os dados estatísticos expostos sobre a utilização dos serviços sociais por habitantes do Entorno Sul, apresentam-se bem abaixo da realidade.

5.1 - Dependência na Área de Educação

Embora sabendo que a expressiva maioria dos moradores do Entorno Sul que fizeram matrículas em estabelecimentos públicos de ensino da Divisão Regional de Ensino do Gama, inventaram um endereço ou pediram emprestado a alguém (familiar ou amigo) um endereço “no quadrilátero”, mesmo assim os dados abaixo mostra uma relativa dependência.

Número de Alunos Matriculados na Rede Pública na DRE- Gama

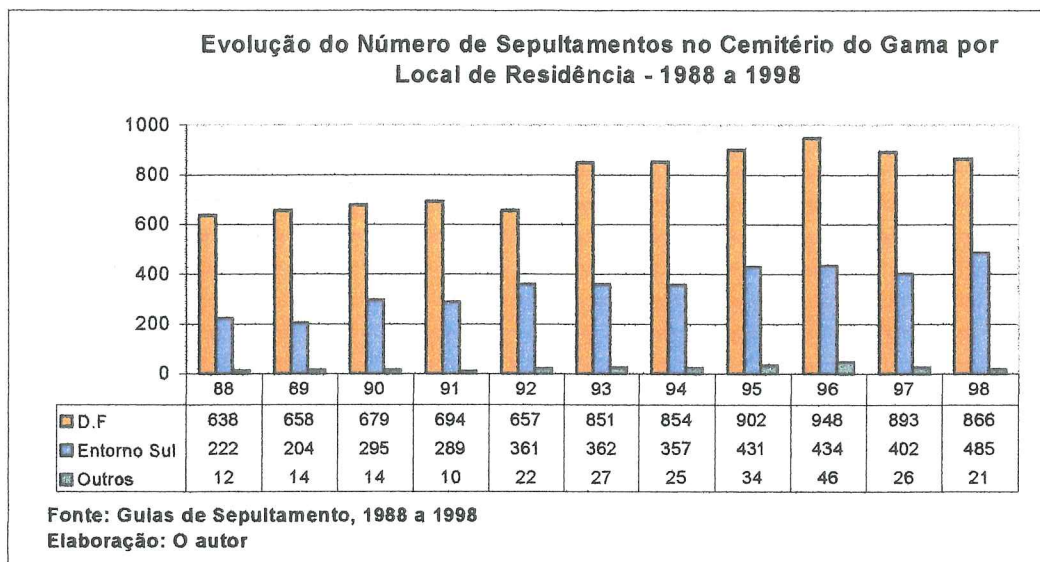
	DF	Entorno	Outros Estados
Ensino Fundamental	37.870	904	836
Ensino Médio	10.818	267	340

Fonte: GDF, Secretaria de Educação/Deplan. Censo Escolar, 1998.

5.2 - Dependência do Serviço de Necrotério

O fenômeno da dependência dos serviços sociais verifica-se de forma consubstanciada no serviço de necrotério da Cidade Satélite do Gama que é geograficamente, a mais próxima destes municípios.

Este trabalho buscou dados acerca do local de residência dos sepultados no cemitério do Gama no período compreendente entre os anos de 1988 e 1998, a fim de quantificar a dependência do Entorno Sul sobre o DF.

Gráfico 08

A evolução no período estudado demonstrou que o número de enterrados do Entorno Sul aumentou 118,47% enquanto que o índice do Distrito Federal cresceu apenas 35,74%. Observa-se uma tendência futura ao igualamento do número de enterrados do Entorno Sul em relação ao número de sepultados do Distrito Federal.

É necessário esclarecer que por “Outros” foram classificados os enterrados provenientes de outros Estados brasileiros bem como, de outros municípios do Entorno que não compõem o Entorno Sul, e também os indigentes.

6 - As Potencialidades do Entorno Sul

O entendimento sobre a construção de ações de desenvolvimento das potencialidades econômicas do Entorno Sul se desencadeará a partir da convergência de políticas bilaterais gestadas pelo Governo do Distrito Federal, em parcerias com as Prefeituras dos municípios do Entorno Sul, e também, com o envolvimento do Governo do Estado de Goiás.

O levantamento das potencialidades locais desta área em particular irá decorrer em grande parte, da concepção de emancipação do Entorno Sul perante aos agrupamentos de municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE, ou seja, as potencialidades surgiram por consequências de elaboração de um planejamento estratégico que efetivamente implemente políticas específicas para o Entorno Sul.

A elaboração de um planejamento estratégico para o Entorno Sul deve partir inicialmente da concepção de macroplanejamento que busque o desenvolvimento econômico integrado do Entorno Sul à Brasília, cujo desdobramento no primeiro momento determinará a construção conjunta e solidária dos Planos Diretores de Gestão Territorial destes Município com projetos de desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

Na metodologia abordada neste trabalho acerca das potencialidades, buscou-se uma inferências teórica, seguido de constatações empíricas verificáveis através de ensaio fotográfico.

⇒Papel do Estado

A constituição de um planejamento estratégico para o Entorno Sul e Brasília, parte de maneira singular da busca de iniciativas políticas por todos os entes governamentais envolvidos na área em questão.

Este planejamento viria na tentativa de agremiar, em primeiro momento, os poucos recursos da prefeituras do existentes na forma de Consórcios Intermunicipais para as áreas de saúde, segurança, educação, saneamento, cemitérios, etc.

Ao GDF caberia o aporte para construção do imaginário de integração DF/Entorno bem como a inserção direta em políticas públicas transferindo a Secretaria do Entorno para a cidade-satélite Gama, transformando-o na não implementada idéia de “Gama, Capital do Entorno”.

Os investimentos do GDF, no entorno Sul, em particular se justificam tanto por resguardar a qualidade de vida dentro do DF, bem como, arcar com os custos sociais provocados pelo processo de segregação sócio-espacial.

⇒Brasília Como Centro de Dispersão de Turismo e Lazer

A dinamização do turismo de Brasília pode ser política de interesse também do Entorno Sul (Luziânia em particular) a partir do lançamento de empreendimentos turísticos agregados ao

turístico de Brasília. A eventual recepção de algum fluxo turístico em Luziânia vem da constatação de que Brasília é um centro de dispersão de fluxos turísticos. E assim sendo, a criação e respectiva divulgação de estrutura de museus, restaurantes com comidas típicas, festas cívicas e agropecuárias, etc. pode servir de atração turística.

Não obstante, deve emergir a idéia do turismo de Brasília ser acima de tudo, o turismo para as atrações existentes nas localidades vizinhas de Brasília. Nisto todas as áreas de entretenimento, de balneário, de hábitos tradicionais do Entorno Sul podem se destacar.

- **⇒ Política de Industrialização de Substituição**

A industrialização constitui-se, pois em uma grande potencialidade de desenvolvimento para o Entorno Sul, haja visto que o e Entorno Sul possui visíveis condições e possibilidades de instalação deste ramo da atividade econômica.

Como favoráveis condições para instalação de investimentos, destacam-se:

- a proximidade do mercado consumidor de Brasília – o que tem a maior renda média mensal familiar (R\$ 1613,00 – Codeplan) e o maior volume populacional com mais de 2,5 milhões de habitantes, se adicionada a população do Entorno);
- a viabilidade de acesso ao eixo das cidades que ficam entre Brasília e Goiânia (“eixo que possui hoje uma população de 4,3 milhões de habitantes e em 2005, 6,5 milhões de habitantes” Miragaya- Gazeta mercantil Brasília)
- ótima acessibilidade pela contiguidade com as Rodovias BR-040/050 (liga Brasília à Região Sudeste), BR-020 (Liga Brasília ao Nordeste), BR-060 (Liga Brasília à Goiânia e ao Mato Grosso), etc. e pela presença em funcionamento da Ferrovia Centro-Atlântica (antiga Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA)
- disponibilidade de matérias prima para as indústria alimentícia, de produtos químicos como a sabão;
- disponibilidade de força-de-trabalho qualificada;
- existência de benefícios fiscais, concedidos tanto pelo Estado de Goiás, quanto pelas prefeituras do aglomerado em questão;
- preço da terra menor do que em Brasília;
- maior flexibilização das normas de uso do solo, bem como das normas ambientais;

O aumento das atividades industriais de Brasília pelos fatores locacionais expostos, possui a preponderante tendência de se dirigir à Brasília fora do DF – O entorno Sul.

6.1 - Indústria Alimentícia

A indústria alimentícia é um tipo de investimento de grande viabilidade para instalação nas municípios do Entorno Sul. Atualmente já existem algumas indústrias alimentícias em pleno funcionamento, destacam-se: a Cargill – beneficiadora de óleo e farelo de soja, a Ceval (foto 1) – também, beneficiadora de óleo e farelo de soja, o Café Luziânia – torrefadora e embaladora de café em pó, etc.

Foto 01



Além da indústria alimentícia, a indústria de produtos higiênicos possui marcada presença no cenário do Entorno Sul, sobretudo com a fábrica de Sabão Minuano (foto 2), instalada em Luziânia.

Foto 02**⇒Pólo Lácteo**

No mesmo campo da indústria alimentícia, certamente uma merece destaque especial, a indústria leiteira. Conforme tabela abaixo, Brasília consome hoje 9.236.200 de litros de leite por mês, um grande mercado consumidor que é abastecido em grande parte por indústrias leiteiras instaladas em municípios e Estados muito distantes, uma vez que a produção dentro do DF adicionada à do Entorno não é suficiente.

Projeção do Consumo Mensal de Produtos Lácteos em Brasília

	1991	1998	Unidade de Medida
Leite em Pó Comum e Infantil	144,7	173,2	Tonelada
Iogurte, Coalhada, Danoninho e outros	4.349,2	5.208	Unidade – Milhares
Leite Pasteurizado, Leite Longa Vida e Outros	7.713,1	9.236,2	Litros – Milhões

Fonte: CODEPLAN. Estudos Sócio-Econômicos da Unidade Familiar do Distrito Federal/ Estrutura de Gastos. Brasília, 1991

CODEPLAN. Projeção da População do DF 1997-2021. Brasília, 1998.

Obs: 1- O consumo de produtos lácteos para o ano de 1998 está subestimado pois desconsiderou-se em virtude da ausência de dados o crescimento de consumo de produtos deste gênero pelas camadas de baixa renda após o Plano Real.

6.2 - Setor de Serviços

O setor de prestação de serviços é outro setor que pode ter suas atividades amplamente crescidas, uma vez que Brasília é um mercado consumidor de elevada renda per capita, e, também, pelo fato de que o setor de serviços instalados no Distrito Federal se encontram inflacionados dado a escassez de oferta frente a crescente demanda instalada.

A disponibilidade de serviços no Entorno Sul, que é por vezes de menor valor de mercado, não é condição suficiente para sua expansão, pois é necessário ampliar a informação (marketing) sobre os serviços localizados no Entorno Sul, ou seja, se uma quantidade maior de pessoas tomam conhecimento da diversidade e da qualidade e preços dos serviços, por conseguinte a demanda será aumentada.

Portanto, a melhoria da informação sobre o setor de serviços existentes no Entorno Sul, é decorrência da organização dos proprietários de empreendimentos comerciais desta localidade. A forma de organização mais comum, levada a cabo pelos setores mercantis e de serviços em qualquer lugar no Brasil, e que pode ser aplicado também na parcela sul do Entorno, é a estruturação de Associações Comerciais

⇒ Serviços automotivos

As atividades econômicas relacionadas aos serviços automotivos já possuem marcada presença no Entorno Sul. E a existência de estabelecimentos desta natureza em funcionamento indicam a viabilidade dessa função. Destacam-se neste campo, a possibilidade de instalação de postos de gasolina, de borracharias, etc. (foto 3 e foto 4).

Foto 03



Foto 04



Foto 05



6.3 - Serviços de movelaria, marcenaria e outros;

O setor de movelaria possui muitas pequenas fábricas de móveis instaladas, que visam, preponderantemente, o atendimento do mercado consumidor de Brasília.

Foto 06



Foto 07

6.4 - Função do Complexo Rodo-Ferrovário

Não é por demais salientar que o Entorno Sul possui estratégica localização, sendo entrecortado tanto pela BR- 040/050 – principal via de ligação à região mais industrializada do país, bem como pela Ferrovia Centro-Atlântica (antiga Rede Ferroviária Federal S.A).

Por passarem muitos fluxos mercantins e humanos, em uma escala micro-econômica, deve ser política dos municípios o aproveitamento econômico desses fluxos. Esta atividade chama-se de economia rodoviária e concentram em: hotéis, motéis, postos de gasolina, borracharias, restaurantes, treillers, etc.

Já em uma macro –escala, o principal empreendimento, a ser implementado deverá ser a efetivação do Porto Seco – Estação Aduaneira do Interior – EADI, que constitui em realizar o desembaraço da burocracia aduaneira dos produtos para exportação, aqui mesmo em Brasília e em seguida transportados por via férrea até os centro portuários de Santos em São Paulo ou em Tubarão no Espírito Santo. Este empreendimento traria investimentos também no setor de grandes armazéns.

Foto 08



Foto 09



7 - Referências Bibliográficas

- ABREU, Marcelo. "Em Busca de Identidade". *Correio Braziliense*, Brasília, 13/12/1996.
- ANDRADE, Manuel Correia. *Espaço, Polarização e Desenvolvimento*. São Paulo, Editora Grijalbo, 1977.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Monitoramento da Expansão Urbana no DF e sua Região do Entorno Imediato (1964-1990)*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996.
- BASSUL, José Roberto. *Estrutura Fundiária do Distrito Federal e a Dinâmica das Transformações Territoriais*. In *Caderno de Ciclo de Palestras*. Brasília, Departamento de Geografia da UnB, 1996.
- _____. Brasília: Política Fundiária e Ocupação Territorial. In *Revista Ágora*. Brasília, IPDF, 1997.
- BERTONE, Leonor Ferreira. *Organização do Espaço: Formas de Implantação do Terceário na Periferia Sul do Distrito Federal*. Brasília, Dissertação de Mestrado da UnB, 1983.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço e Indústria*. São paulo, Editora Contexto, 1998.
- CAMPOS, Neio. *A Segregação Planejada*. In Paviani, Aldo (org.). *A Conquista da Cidade*, Brasília, Editora UnB, 1991.
- CASTRO, Iná Elias de. *Imaginário Político e Território: Natureza, Regionalismo e Representação*. In: *Explorações Geográficas*. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Lobato Corrêa. Rio de Janeiro, NEPEC, 1997.
- CODEPLAN. *Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília*. Brasília, 1980.
- CODEPLAN. *Estudos Sócio-Econômicos da Unidade Familiar do Distrito Federal – Estrutura de Gastos*. Brasília, 1991.
- CODEPLAN. *Projeção da População do DF – 1992 a 2021*. Brasília, 1997.?
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. *Congresso Nacional*, Brasília, 1988.
- CORAGGIO, José Luís. *A Construção de uma Economia Popular como Horizonte para Cidades Sin Rumbo, La Construcion De Uma Enomia Como Ciudades*
- CORREIO BRAZILIENSE. *Classificados de Imóveis*, Brasília, 03/01; 10/01 e 17/01/1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo, Editora Ática, 1986.
- _____. *O Espaço Urbano*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo, Editora Contexto, 1998.

FARRET, Ricardo Libanez. O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília.

In, Paviani, Aldo (org.). Brasília, Ideologia e Realidade. Brasília, Editora CNPq, 1985

FERREIRA, Ignez Costa Barboza. o Processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In, Paviani, Aldo (org.). Brasília, Ideologia e Realidade. Brasília, Editora CNPq, 1985

_____.& PENNA, Nelba Azevedo. Brasília: Novos Rumos para a Periferia. In PAVIANI, Aldo (org.) Brasília: Moradia e Exclusão. Brasília, Editora UnB, 1996.

FIBGE. Recenseamento Geral do Brasil – 1940. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

_____. VII Recenseamento Geral do Brasil- 1960. Rio de Janeiro, Editora IBGE, 1960.

_____. VIII Recenseamento Geral – 1970. Rio de Janeiro, Editora IBGE, 1970.

_____. IX Recenseamento Geral do Brasil- 1980. Rio de Janeiro, Editora IBGE

_____. Censo Demográfico – 1991. Rio de Janeiro, Editora IBGE

_____. Contagem Populacional 1996, Homepage-Internet.

GDF/IPDF. Relatório Técnico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT. Brasília, IPDF, 1996.

GDF/Secretaria de Educação-Departamento de Planejamento. Censo Escolar. Brasília, 1998.

GOG. Dia a Dia da Periferia. Brasília: Sonopress, 1995. 1 disco compacto : digital, estéreo. 65423097

IPDF. Relatório Técnico do PDOT, Brasília, 1997.

MALAGUTTI, Cecília Juno. A Legislação e o Uso da Terra Urbana. Trabalho Apresentado ao Curso sobre Legislação Urbanística Promovido pela Administração Regional do Gama em Novembro de 1997. Brasília, 1997.

MIRAGAYA, Júlio. Um Plano Estratégico para Brasília. In Gazeta Mercantil – Distrito Federal.?

MIRAGAYA, Júlio & CORDEIRO, Luiz Alberto. Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília. In Revista Ágora, Brasília, 1997.

PAVIANI, Aldo. Brasília: A Metrópole em Crise: Ensaio sobre Urbanização. Brasília, Editora UnB, 1989.

- _____. A Realidade da Metrópole: Mudança ou Transformação na Cidade. In, Paviani, Aldo. Brasília: Moradia e Exclusão. Brasília, Editora UnB, 1996.
- PERROUX, François. A Economia do Século XX. Lisboa, Editora Heder, 1967.
- Projeto de Lei do Senado nº101 de 1996, que cria a Região Administrativa Metropolitana de Brasília.
- Revista FECOMÉRCIO. O Entorno Entorna sobre Brasília – Vol 18. Brasília, 1998.
- SANTOS, Milton. Espaço do Cidadão. São Paulo, Editora Hucitec, 1985.
- _____. A Urbanização Brasileira. São Paulo, Editora Hucitec, 1993.
- _____. Técnica Espaço Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.
- _____. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- SOUZA, Manoel Tibério de. Iniciativa Econômica Local, Imagem e territorialidade: Os Casos de Fortaleza e Recife. In: VII Encontro Nacional da ANPUR (1997: Recife). *Anais*. 1997, p. 1692-1907.
- UFPR – Biblioteca Central. Normas para Apresentação de Trabalhos, Parte 6. Curitiba, Editora UFPR, 1996.
- _____. Normas para Apresentação de Trabalhos, Parte 7. Curitiba, Editora UFPR, 1996.
- VESENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo, Editora Ática, 1996.